



associação portuguesa de
bibliotecários, arquivistas,
profissionais da informação
e documentação



A dimensão intermunicipal de redes(coberta) dos arquivos: o contributo da RARL

Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

RARL, Portugal, rarl@cimregiaodeleiria.pt

Resumo

A Rede de Arquivos da Região de Leiria (RARL) nasce no âmbito da atuação da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e foi formalizada com a assinatura da sua Carta de Princípios a 14 de Dezembro de 2018. Dela fazem parte os dez Municípios integrantes da Comunidade e o Politécnico de Leiria, numa ótica de partilha de conhecimentos e de recursos em rede, com base nos princípios da liberdade de adesão, da cooperação, do serviço público e da ética profissional, da informação, da comunicação e da formação. Partindo de uma realidade bastante heterogénea, a vários níveis, o caminho tem sido construído paulatinamente, com o objetivo principal de conseguir um equilíbrio entre todos, nos vários domínios das exigências da nossa profissão. Um percurso que se pretende alicerçado na troca de experiências, nas pequenas/grandes conquistas e, sobretudo, com os olhos postos nos desafios do futuro, com vista à valorização, salvaguarda e divulgação do património arquivístico da região.

Palavras-chave: Redes, Arquivos, Cooperação, Comunidade, Leiria

Introdução

A missão da Rede de Arquivos da Região de Leiria concretiza-se na valorização dos arquivos enquanto sistemas de informação essenciais às organizações, através da gestão e divulgação do património arquivístico da região de Leiria. Para isso, ambiciona suprir as dificuldades diagnosticadas nos contextos e nas práticas arquivísticas, nomeadamente ao nível da inexistência de partilha de recursos, ideias, linhas programáticas e de promoção interna e externa.

A RARL, criada a 14 de dezembro de 2018, integra os municípios que fazem parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, em concreto, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão Grande, Pombal e Porto de Mós, contando também com a participação do Politécnico de Leiria.

Constituem objetivos da RARL o fomento do papel social e formativa dos Arquivos; a implementação da concretização de boas práticas arquivísticas; a promoção do diálogo entre os Arquivos, os técnicos e as respetivas tutelas; a intervenção, de modo concertado,

em domínios como a formação técnica; a promoção de parcerias com outras entidades públicas e privadas; o incentivo ao conhecimento da memória da região, através da divulgação de fontes únicas, autênticas e fidedignas, bem como a facilitação ao seu acesso e o incentivo à discussão da realidade arquivística regional e nacional, envolvendo os decisores políticos, numa atitude proactiva e de permanente atualização.

Método

A RARL tem vindo a concretizar a sua ação promovendo ativamente reuniões de trabalho, com base na definição de uma calendarização regular, com definição de planos de atividade e a apresentação de relatórios anuais, em estreita colaboração com a Comunidade Intermunicipal e contando sempre com o acompanhamento do órgão nacional da tutela arquivística, a DGLAB.

A dinamização destes encontros tem vindo a proporcionar um conhecimento mais aprofundado das diferentes realidades e tem permitindo, após a elaboração de um diagnóstico aos arquivos da região, definir linhas de ação prioritárias, de acordo com as principais necessidades. Assim, as carências em termos formativos, tecnológicos e infraestruturais e a mudança de paradigma no que diz respeito à gestão da informação, considerando nomeadamente a aplicação da futura portaria de gestão de documentos e o novo regime jurídico de enquadramento para a classificação e avaliação da informação pública têm sido o *leitmotiv* para o desenvolvimento de iniciativas concretas no programa de atuação da RARL.

Resultados

Ao longo de 3 anos e meio, dois dos quais em contexto de pandemia, tem sido possível colmatar necessidades de formação, a partir de um plano proposto e aprovado pela CIMRL e já, parcialmente, posto em prática, destinado não apenas aos técnicos de arquivo mas a todos os colaboradores das autarquias com interesse na participação.

Foram, igualmente, desenvolvidas ações de informação relativas ao novo enquadramento legal no âmbito da classificação e avaliação da informação pública, contemplando não apenas uma abordagem genérica, mas também a sua aplicação à área do urbanismo municipal. Ações participadas, conjuntamente, pela Rede de Arquivos CIM Médio Tejo, e pela Câmara Municipal de Lisboa, com a apresentação de exemplos práticos de implementação de projetos, sob a orientação da DGLAB.

Foi, também, entendimento do grupo de trabalho avançar para a normalização no que diz respeito à aplicação de regulamentos internos de Arquivo. Neste sentido foi desenvolvida uma proposta, já finalizada, que poderá ser adotada pelos Municípios que assim o entendam.

Outra desafio se desenha, com uma possível intervenção junto dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto.

Um conjunto de projetos que se articulam e convivem com a discussão, sempre frutífera e salutar, do quotidiano arquivístico e com o conhecimento das várias e diferentes realidades de cada um dos arquivos constituintes da RIARL, através da descentralização das reuniões de trabalho, numa base de partilha do conhecimento em rede.

Discussão

Poderá uma Rede de Arquivos, de matriz intermunicipal, ganhar escala e contribuir para a redescoberta e afirmação do património documental de uma região?

Evidencia-se cedo, para apontarmos uma resposta inequívoca para esta questão, considerando a tenra existência da RARL. Contudo, parece-nos que algumas conquistas já foram alcançadas, considerando a possibilidade que nos é dada, por esta via, de termos voz e intervenção também na gestão do território, nomeadamente no garante da sua identidade e na sensibilização para a importância da fiabilidade na organização da informação, nas instituições.

Conseguiremos, a médio/longo prazo, equiparar realidades e alavancar os arquivos da região a um patamar de reconhecimento?

Será prematuro, igualmente, afirmá-lo positivamente, mas não será, decerto, impossível desejá-lo.

As mais-valias que a integração numa comunidade intermunicipal nos pode trazer concretizam-se exatamente na ambição da diminuição das assimetrias.

Assim, a possibilidade de integrar candidaturas conjuntas direcionadas para as necessidades diagnosticadas, que possam resultar em apoios efetivos na aquisição de equipamento, construção ou melhoramento de infraestruturas, entre outras, é real e deve ser equacionada. A apresentação de uma estimativa de custos associada a essas necessidades foi já definida pela RARL e aguarda a oportunidade para poder vir a ser lançada, considerando quer o Plano de Recuperação e Resiliência, quer o aproximar do novo quadro comunitário de apoio.

Conclusão

No imediato, a constituição da RARL conseguiu criar um espaço, inexistente até à data, de diálogo entre os técnicos dos arquivos municipais, e não apenas, da região, tornando-os próximos, abrindo canais de comunicação e de interajuda sendo esta, por si só, uma conquista.

Tem possibilitado, do mesmo modo, um conhecimento da realidade arquivística local, evidenciando, por um lado, as limitações e reconhecendo, por outro, as potencialidades.

Pelo descrito, o balanço dos trabalhos é, consideramos, bastante positivo. Pela frente temos um conjunto de desafios para os quais esperamos estar à altura, aproveitando as sinergias do trabalho que esta equipa de cariz intermunicipal possibilita, objetivando dar contributos efetivos para a redescoberta dos arquivos da região de Leiria.

Referências bibliográficas

Alberch, I., & Fugueras, R. (1998). El Marco del a función cultural de los archivos municipales. *In XII Jornadas de Archivos Municipales*. Consejería de Cultura de la Comunidad de Madrid; Ayuntamiento de Coslada, pp. 31-36.

Filipe, A. L. J. (2020). *Os Gestores de Informação nos Arquivos municipais entre o rio Mondego e a Área Metropolitana de Lisboa* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Gabriel, G. G. (2019). *A Comunicação nos Arquivos Municipais-Área Metropolitana de Lisboa*. Edições Colibri.